



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016640-78.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Adicional por Tempo de Serviço**
 Requerente: **Maria do Carmo Castro**
 Requerido: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

MARIA DO CARMO CASTRO ingressou com esta ação sob o rito ordinário contra a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando que é professora de Educação Básica I, admitida nos termos da Lei 500/74, lotada na E. E. Professor Luiz Augusto de Oliveira, em Ribeirão Bonito e que, por decisão judicial proferida em Mandado de Segurança, teve reconhecido seu direito de passar a receber a sexta parte a partir da data da propositura da ação mandamental, sem, contudo, poder exigir os atrasados no mesmo processo. Requereu a procedência do pedido para condenar a requerida ao pagamento dos valores atrasados da vantagem da sexta parte sobre seus vencimentos, que deverão ser pagos desde a data descrita na publicação de seu 4º quinquênio, até a data do primeiro pagamento, ocorrido em 31 de dezembro de 2012.

Instruiu a petição inicial com documentos (fls. 06/20).

Devidamente citada, a Fazenda do Estado de São Paulo contestou a ação às fls. 28. Preliminarmente, arguiu a inépcia da inicial e a ocorrência de prescrição de qualquer parcela cujo vencimento tenha ocorrido antes dos cinco anos que antecederam a propositura do Mandado de Segurança citado na petição inicial. No mérito, alegou que os juros devem incidir na taxa anual de 6% ou 0,5% ao mês, aplicando-se a Lei 1.060/50 e que os honorários, em caso de procedência, devem ser fixados nos termos do artigo 20, § 4º do CPC.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O feito comporta o julgamento antecipado, nos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, vez que não há necessidade da colheita de provas em audiência e por se tratar de matéria exclusivamente de direito.

O pedido merece prosperar.

Ressalte-se, de início, a inocorrência de inépcia da inicial, pois a autora apontou o período reivindicado e simples cálculo aritmético poderá indicar o cômputo do valor, na fase de cumprimento de sentença.

No mais, é o caso de se reconhecer a ocorrência da prescrição em relação às parcelas não pagas, que superarem o período quinquenal que antecedeu a ação mandamental.

Nesse sentido é o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA.

1. A jurisprudência dessa Corte firmou-se no sentido de que a impetração do mandado de segurança interrompe a fluência do prazo prescricional para o ajuizamento da PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO Apelação Nº 9084600-83.2009.8.26.0000 - São Paulo - VOTO Nº 13520 7/9 ação de cobrança que visa o pagamento das parcelas referentes ao quinquênio que antecedeu a propositura do writ. Precedentes: AgRg no REsp 1.161.472/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 29/11/2010; AgRg no Ag 1.248.177/MG, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 12/4/2010; AgRg no Ag 1.258.457/PA, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17/11/2011. 2. No caso concreto, a decisão proferida no mandado de segurança transitou em julgado em 27 de abril de 2004 e a ordinária de cobrança foi proposta em 16 de novembro de 2004, antes, portanto, de decorridos cinco anos do julgamento do mandamus, razão pela qual não há falar em prescrição. 3. Agravo regimental não provido.” (AREsp 250182/CE Primeira Turma Julgadora Rel. Min. Benedito Gonçalves j. 27.03.2014).

Objetiva a parte autora, por meio desta ação, o pagamento dos valores atrasados da vantagem da sexta-parte sobre seus vencimentos, desde a data da publicação de seu 4º quinquênio até a data do primeiro pagamento, ocorrido em 31 de dezembro de 2012.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

A sentença prolatada no mandado de segurança impetrado por ela reconheceu o seu direito à sexta-parte, mas limitou o pagamento às parcelas vencidas após o ajuizamento daquela ação.

Assim, faz jus a autora ao pagamento dos atrasados não abrangidos pela ação mandamental e os que não foram pagos após o seu ajuizamento.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e **PROCEDENTE** o pedido. Condeno a Fazenda Pública do Estado de São Paulo ao pagamento da sexta-parte, calculada sobre todas as parcelas que compõem as respectivas remunerações, salvo as eventuais (nos termos decididos no mandado de segurança), com correção monetária integral a partir do momento em que a verba seria devida, ou seja, desde 05 anos antes da data da propositura da ação mandamental, até a data em que houve o primeiro pagamento, 31 de dezembro de 2012.

Esses valores serão ainda acrescidos de juros de mora, de 6% ao ano, contados da citação e correção monetária pelos índices constantes da tabela divulgada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para os débitos da Fazenda Pública, considerado o mês de pagamento, não de referência, como termo inicial. Isto até agosto de 2009. Após esta data, a correção monetária e juros devem obedecer ao disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/09, pois assim ficou definido no v. Acórdão da ação mandamental, que transitou em julgado.

Para a execução do débito, reconheço a sua natureza alimentar, pois parte de vencimentos.

Honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, considerando-se as parcelas vencidas até a presente data.

Em razão do valor da ação, descabe reexame necessário.

P. R. I. C.

São Carlos, 26 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**